



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidades da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais do Brasil é uniforme, por Unidades da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O Sistema de Contas Regionais, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção (VBP), menos o consumo intermediário (CI), de cujo saldo, valor adicionado bruto (VAB) por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma das remunerações dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto, mais o total dos Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do Sistema de Contas Regionais 2016, com comparações em relação a 2015 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série¹.

PIB Variação em volume

Brasil
-3,3%

Menor resultado
Amazonas
-6,8%

● 15 Unidades da Federação com variações médias inferiores à do Brasil

-4,9%
correspondendo
a **31,7%** do PIB

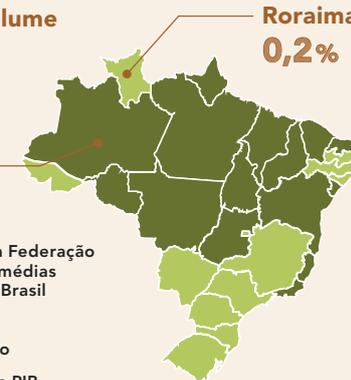
Maior resultado

Roraima
0,2%



● 12 Unidades da Federação com variações médias superiores à do Brasil

-2,6%
correspondendo
a **68,3%** do PIB



PIB per capita

2016



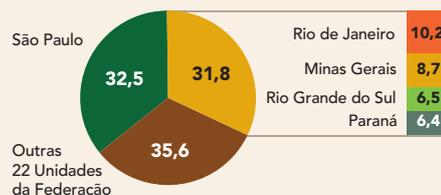
Maior
Distrito Federal
R\$ 79 099,77

Menor
Maranhão
R\$ 12 264,28

Nota: População residente estimada para 1º de julho de 2016, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)
2016



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o SCR estão disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>>.

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

Em 2016, o PIB do Brasil decresceu -3,3% em relação a 2015. Desde 2002, início da série analisada, o resultado de 2016 é a terceira maior queda em volume do PIB e pelo segundo ano consecutivo; sendo que em 2009 o PIB variou -0,1% e em 2015, -3,5%.

Dentre as Unidades da Federação, apenas duas não apresentaram variações negativas em 2016: Roraima (0,2%) e Distrito Federal que apresentou estabilidade (0,0%). As demais 25 Unidades da Federação apresentaram quedas em volume.

Pela ótica da produção, todas as atividades contribuíram com variações em volume negativo: Agropecuária com -5,2%, Indústria e Serviços com -4,6% e -2,3%, respectivamente.

Na Agropecuária todas as atividades registraram queda em volume, tendo no resultado de -7,7% da Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, a maior contribuição. O ano de 2016 foi marcado por problemas climáticos que afetaram as principais regiões produtoras de grãos do País.

As atividades industriais apresentaram retração em volume, com exceção da Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que cresceu 6,5% em função do aumento da geração hidrelétrica em detrimento da geração termelétrica, refletindo na queda em volume do consumo intermediário da atividade, o que explica o aumento em volume do valor adicionado bruto.

Nos Serviços, com exceção dos serviços da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (0,3%), Atividades imobiliárias (0,2%), Educação e saúde privadas (0,1%) e Serviços domésticos (2,0%), os demais registraram queda em volume em 2016.

Em termos regionais, todas as Grandes Regiões apresentaram variações em volume do PIB negativas em 2016; por Unidades da Federação apenas Roraima apresentou variação positiva (0,2%) e o Distrito Federal estabilidade (0,0%); ademais, 10 Unidades da Federação apresentaram variações negativas superiores à média brasileira (-3,3%) e outras 15 variações negativas inferiores à média. No ano de 2015, apesar de nenhuma Unidade da Federação ter apresentado variação positiva, apenas nove tiveram variação em volume do PIB superior à média nacional daquele ano (-3,5%). Os resultados de Roraima e do Distrito Federal foram fortemente influenciados pela atividade Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Essa atividade representou quase 50% do valor adicionado bruto total e cresceu 3,3% e 0,6% em volume, respectivamente, nessas Unidades da Federação.

Alagoas (-1,4%) e Minas Gerais (-2,0%) situam-se na terceira e quarta posição relativa à variação em volume do PIB em 2016, respectivamente. Em Alagoas a queda em volume das atividades Indústrias de transformação (-4,7%), Construção (-12,1%) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-5,7%) contribuíram determinantemente para o desempenho negativo de sua economia; mas foram parcialmente compensadas pelo desempenho da Agropecuária, influenciada em grande medida pelo

Cultivo de laranja. Em Minas Gerais, o resultado da Agropecuária também foi positivo, desta vez devido ao Cultivo de café e Cultivo de soja, que reduziram os impactos das variações negativas de Indústrias extrativas (-18,2%), afetada pelo rompimento da barragem de rejeitos no Município de Mariana (MG), no final de 2015, e ainda Indústrias de transformação (-4,2%), vinculadas à Metalurgia.

Os três estados da Região Sul encontram-se na quinta, sétima e oitava posição em termos de variação em volume do PIB: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. Juntos respondiam por 28,2% da Agropecuária nacional em 2015 e tiveram seus resultados afetados pelo excesso de chuva ocorrido nas regiões produtoras ao longo do ano de 2016. Contribuíram ainda de forma negativa as atividades das Indústrias de transformação (-3,5%, -4,7% e -4,0%, respectivamente), Construção (-6,3%, -5,7% e -7,5%), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-5,3%, -5,5% e -6,4%) e Transporte, armazenagem e correio (-4,0%, -4,1% e -0,2%).

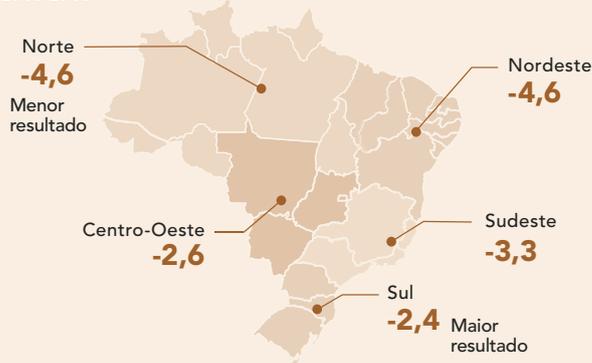
Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%)

2016



Variação em volume do PIB (%)

2015-2016



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

2016

Unidades da Federação	PIB				Variação em volume do valor adicionado bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Roraima	11 011	0,2	1°	0,2	0,2	- 19,2	- 0,9	1,6
Distrito Federal	235 497	3,8	2°	0,0	0,3	- 3,0	- 4,7	0,6
Alagoas	49 456	0,8	3°	- 1,4	- 1,2	4,3	- 5,3	- 1,1
Minas Gerais	544 634	8,7	4°	- 2,0	- 2,0	7,2	- 5,8	- 1,2
Santa Catarina	256 661	4,1	5°	- 2,0	- 1,3	- 3,2	- 3,3	- 0,3
Acre	13 751	0,2	6°	- 2,4	- 2,3	- 1,6	- 4,0	- 2,2
Rio Grande do Sul	408 645	6,5	7°	- 2,4	- 2,1	- 0,2	- 4,0	- 1,7
Paraná	401 662	6,4	8°	- 2,6	- 2,3	- 5,3	- 2,4	- 1,8
Mato Grosso do Sul	91 866	1,5	9°	- 2,7	- 2,4	- 8,3	0,2	- 1,5
Pernambuco	167 290	2,7	10°	- 2,9	- 2,9	- 3,1	- 1,2	- 3,4
São Paulo	2 038 005	32,5	11°	- 3,1	- 2,5	6,6	- 4,4	- 2,2
Paraíba	59 089	0,9	12°	- 3,1	- 2,8	- 3,5	- 8,4	- 1,6
12 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	4 277 568	68,3		- 2,6	- 2,2	0,1	- 4,1	- 1,7
Brasil	6 267 205			- 3,3	- 2,9	- 5,2	- 4,6	- 2,3
15 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	1 989 637	31,7		- 4,9	- 4,5	- 12,8	- 5,6	- 3,4
Goiás	181 692	2,9	13°	- 3,5	- 3,1	0,4	- 4,5	- 3,1
Pará	138 068	2,2	14°	- 4,0	- 3,6	0,0	- 5,7	- 3,4
Rio Grande do Norte	59 661	1,0	15°	- 4,0	- 3,9	- 4,6	- 5,4	- 3,5
Ceará	138 379	2,2	16°	- 4,1	- 3,8	- 6,2	- 7,4	- 2,7
Tocantins	31 576	0,5	17°	- 4,1	- 4,0	- 12,1	- 2,3	- 2,9
Rondônia	39 451	0,6	18°	- 4,2	- 3,8	1,2	- 12,0	- 2,6
Rio de Janeiro	640 186	10,2	19°	- 4,4	- 4,0	- 3,5	- 4,3	- 3,9
Amapá	14 339	0,2	20°	- 4,9	- 4,4	1,3	- 6,7	- 4,2
Sergipe	38 867	0,6	21°	- 5,2	- 4,8	- 20,9	- 7,5	- 2,9
Espírito Santo	109 227	1,7	22°	- 5,3	- 4,7	- 8,7	- 5,1	- 4,4
Maranhão	85 286	1,4	23°	- 5,6	- 5,6	- 29,3	- 5,9	- 2,0
Bahia	258 649	4,1	24°	- 6,2	- 6,0	- 23,8	- 5,7	- 4,0
Mato Grosso	123 834	2,0	25°	- 6,3	- 6,4	- 22,4	- 4,5	- 1,9
Piauí	41 406	0,7	26°	- 6,3	- 6,4	- 52,0	- 9,8	- 1,3
Amazonas	89 017	1,4	27°	- 6,8	- 6,0	- 1,4	- 10,7	- 3,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Dentre os estados com os menores resultados em volume do PIB, da 23ª à 26ª estão Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Piauí, cujo desempenho foi fortemente afetado pela Agropecuária em virtude de chuvas irregulares ao longo de 2016. As atividades de Construção e de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas também contribuíram para o desempenho negativo dessas economias em 2016.

Amazonas (-6,8%) teve seu resultado fortemente atrelado ao desempenho negativo das Indústrias de transformação (-12,9%), muito influenciado pela retração em volume da Fabricação de bebidas e Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-10,3%).

Evolução das participações do PIB entre 2015 e 2016

Entre 2015 e 2016, apenas a Região Sudeste perdeu participação no PIB nacional, saindo de 54,0% para 53,2%, consequência das perdas de participação do Rio de Janeiro, -0,8 ponto percentual (p.p.), e Espírito Santo, -0,3 p.p., já que São Paulo avançou 0,1 p.p. e Minas Gerais se manteve com o mesmo percentual (8,7%). O Centro-Oeste ganhou 0,4 p.p. e o Nordeste 0,1 p.p., sendo as participações de 2016 as maiores da série analisada: 10,1% e 14,3%, respectivamente. Já o Norte e o Sul ganharam, respectivamente, 0,1 p.p. e 0,2 p.p. no País.

As Unidades da Federação que perderam participação entre 2015 e 2016 foram: Rio de Janeiro (-0,8 p.p.); Espírito Santo (-0,3 p.p.); e Santa Catarina (-0,1 p.p.). A perda de participação do Rio de Janeiro e do Espírito Santo é explicada pela redução da atividade Indústrias extrativas, muito em função da queda do preço do petróleo em reais (R\$) pelo segundo ano consecutivo (-25,2% entre 2014 e 2015 e -12,4% entre 2015 e 2016). No Rio de Janeiro a atividade Indústrias extrativas, que está concentrada na Extração de petróleo e gás natural, representava 2,8% de sua economia e 27,0% de Indústrias extrativas brasileiras em 2016 ante participações de 8,8% e 44,2%, respectivamente, em 2015. O Espírito Santo além de ter sido influenciado pela queda do preço do petróleo, também foi afetado pelo desastre ambiental ocorrido com o rompimento da barragem de rejeitos no Município de Mariana (MG) no final de 2015. Em decorrência disso, a produção do minério de ferro pelo-tizado no estado reduziu em 2016. Entre 2015 e 2016, houve perda de 3,8 p.p. do Espírito Santo na participação nacional de Indústrias extrativas e de 8,2 p.p. da participação desta atividade no total da economia capixaba, passando a representar, respectivamente, 8,0% e 4,8% em 2016.

A perda de 0,1 p.p. de participação observada em Santa Catarina resultou na perda de sua posição relativa para a Bahia que ficou com o 6º maior PIB em 2016. Constatou-se que o estado catarinense reduziu a participação de suas Indústrias de transformação (-0,7 p.p.) no total da atividade brasileira. Essa redução gerou ainda a perda de participação do estado no total dos impostos, líquidos de

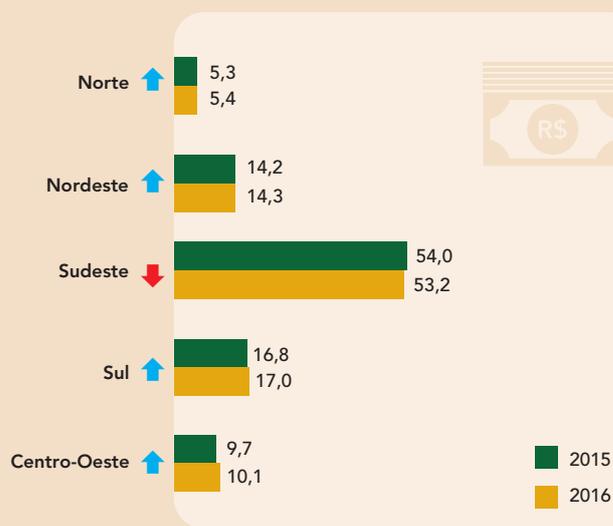
subsídios, sobre produtos do País, em função da queda da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI entre 2015 e 2016. Ao mesmo tempo a Bahia manteve sua participação no total do PIB do Brasil (4,1%), uma vez que elevou em 0,8 p.p. sua participação em Indústrias de transformação em função do ganho da atividade de Refino de petróleo e coque ocasionado pela redução do preço do petróleo, seu principal insumo.

Em sentido contrário, as Unidades da Federação que ganharam participação foram: Mato Grosso (0,2 p.p.); Distrito Federal (0,2 p.p.); São Paulo (0,1 p.p.); Rio Grande do Sul (0,1 p.p.); Paraná (0,1 p.p.); Mato Grosso do Sul (0,1 p.p.); Maranhão (0,1 p.p.); e Pernambuco (0,1 p.p.).

O avanço de Mato Grosso (0,2 p.p.) é explicado pela Agropecuária que, apesar de ter recuado em volume (-22,4%), foi favorecida pela elevação dos preços de seus principais produtos agrícolas, algodão herbáceo e soja em grão, e ainda pela redução de preço de seu principal insumo – adubos e fertilizantes – entre 2015 e 2016. Contribuíram ainda os avanços de Indústrias de transformação, impulsionado pela atividade de Fabricação de álcool e outros biocombustíveis e do segmento atacadista de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

O Distrito Federal, por ser a capital brasileira, concentrava 60,8% de sua economia nas atividades Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados e juntas representavam 9,2% do total nacional em 2016. Entre 2015 e 2016 essas duas atividades ganharam participação na economia brasileira, 0,2 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente.

Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	2015		2016	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,6	23°	0,6	22°
Acre	0,2	26°	0,2	26°
Amazonas	1,4	15°	1,4	16°
Roraima	0,2	27°	0,2	27°
Pará	2,2	11°	2,2	12°
Amapá	0,2	25°	0,2	25°
Tocantins	0,5	24°	0,5	24°
Maranhão	1,3	17°	1,4	17°
Piauí	0,7	21°	0,7	21°
Ceará	2,2	12°	2,2	11°
Rio Grande do Norte	1,0	18°	1,0	18°
Paraíba	0,9	19°	0,9	19°
Pernambuco	2,6	10°	2,7	10°
Alagoas	0,8	20°	0,8	20°
Sergipe	0,6	22°	0,6	23°
Bahia	4,1	7°	4,1	6°
Minas Gerais	8,7	3°	8,7	3°
Espírito Santo	2,0	13°	1,7	14°
Rio de Janeiro	11,0	2°	10,2	2°
São Paulo	32,4	1°	32,5	1°
Paraná	6,3	5°	6,4	5°
Santa Catarina	4,2	6°	4,1	7°
Rio Grande do Sul	6,4	4°	6,5	4°
Mato Grosso do Sul	1,4	16°	1,5	15°
Mato Grosso	1,8	14°	2,0	13°
Goiás	2,9	9°	2,9	9°
Distrito Federal	3,6	8°	3,8	8°

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

São Paulo avançou sua participação em 0,1 p.p., tendo contribuído os ganhos das atividades da Agropecuária (1,5 p.p.), em especial o Cultivo de cana-de-açúcar, e das Indústrias de transformação (0,4 p.p.), sobretudo, pelas atividades de Fabricação de produtos alimentícios e Refino de petróleo e coque. Já no Rio Grande do Sul, o ganho de 0,1 p.p. está relacionado à atividade de Construção (0,7 p.p.) muito em função de ganhos relativos, uma vez que a atividade perdeu 0,1 p.p. de participação em sua economia e passou a participar com 4,7% do total da economia gaúcha.

O aumento de participação do Paraná, por sua vez, está relacionado principalmente à atividade Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (1,2 p.p.) em função da redução dos custos entre 2015 e 2016 e ainda

ao ganho relativo de participação na atividade de Construção do Brasil (0,4 p.p.).

Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Maranhão, todos com ganhos de 0,1 p.p., entre 2015 e 2016, avançaram em função das atividades Indústrias de transformação para os dois primeiros e Transporte, armazenagem e correios para o terceiro. Os destaques no caso do Mato Grosso do Sul foram: Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; Fabricação de produtos alimentícios; e Fabricação de álcool e biocombustíveis; e no caso de Pernambuco o destaque ficou com o Refino de petróleo e coque e Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários. Já no Maranhão o destaque foi a expansão do Transporte metroferroviário no estado.

Análise do período 2002-2016

Desempenho em volume do PIB

Na série estudada, 2002-2016, o volume do PIB brasileiro apresentou crescimento médio de 2,5% ao ano (a.a.). O estado que mais cresceu foi Tocantins, com média de 5,2% a.a., seguido por Mato Grosso (4,7% a.a.) e Roraima (4,3% a.a.). Tocantins, Unidade da Federação mais recente do Brasil, destacou-se principalmente pelos desempenhos em Agropecuária e em Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. O crescimento de Mato Grosso, por sua vez, vincula-se ao setor agropecuário, já que o estado ganhou destaque nacional no Cultivo de soja ao longo da série. Em Roraima, o avanço em volume ocorreu, sobretudo em atividades de Serviços, com destaque para Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.

A exemplo de Tocantins e Roraima, os estados da Região Norte, apresentaram variação em volume do PIB superior à média nacional entre 2002 e 2016, o que se refletiu em uma variação média ao ano de 3,7% para a região. As Regiões Centro-Oeste e Nordeste também tiveram variação em volume na série superior à média nacional, 3,6% a.a. e 2,8% a.a., respectivamente, com destaque para o desempenho já mencionado de Mato Grosso no Centro-Oeste, e ainda Piauí, Maranhão e Paraíba, no Nordeste.

Enquanto estados de menor participação na economia nacional, concentrados nas Regiões Norte e Nordeste, garantiram acréscimo em volume relativamente maiores, as Regiões Sul e Sudeste registraram quedas acentuadas, impulsionada em grande medida pelo Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, respectivamente.

No Rio de Janeiro, o crescimento em volume em Indústrias extrativas, atividade-chave para sua economia, devido à extração de petróleo e gás, foi inferior à média. Além disso, em Indústrias de transformação a variação média ao longo da série foi negativa no Rio de Janeiro; o mesmo ocorreu no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que o resultado em volume do PIB em 2016 representou uma tendência à recuperação da economia gaúcha, já que nesse ano o estado verificou queda em volume (-2,4%) inferior à média nacional (-3,3%). O mesmo não pode ser dito do Rio de Janeiro (-4,4%) que se distanciou mais do resultado nacional em 2016.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil

2002/2016

Varição em volume acumulada do Brasil: 40,6%

Varição em volume média ao ano do Brasil: 2,5%



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ceará

Varição em volume do PIB

50,6%
acumulada

3,0% a.a.

16ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Alagoas

Varição em volume do PIB

43,6%
acumulada

2,6% a.a.

17ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Pernambuco

Varição em volume do PIB

42,6%
acumulada

2,6% a.a.

18ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Sergipe

Varição em volume do PIB

41,4%
acumulada

2,5% a.a.

19ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



São Paulo

Varição em volume do PIB

39,0%
acumulada

2,4% a.a.

20ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Bahia

Varição em volume do PIB

38,2%
acumulada

2,3% a.a.

21ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Paraná

Varição em volume do PIB

38,2%
acumulada

2,3% a.a.

22ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Santa Catarina

Varição em volume do PIB

37,0%
acumulada

2,3% a.a.

23ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Norte

Varição em volume do PIB

34,6%
acumulada

2,1% a.a.

24ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Minas Gerais

Varição em volume do PIB

34,1%
acumulada

2,1% a.a.

25ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Sul

Varição em volume do PIB

27,6%
acumulada

1,8% a.a.

26ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio de Janeiro

Varição em volume do PIB

25,3%
acumulada

1,6% a.a.

27ª posição relativa

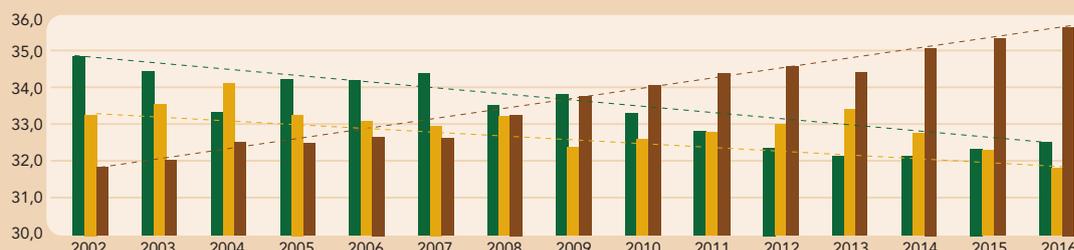
Participação no PIB do Brasil (%)



Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)

■ São Paulo
■ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná
■ Outros



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série 2002-2016, atesta-se que o resultado de 2016 representou, assim como 2015, um recuo da tendência de redução da concentração econômica em São Paulo. Isso porque, entre 2002 e 2016, o estado viu sua participação reduzir-se de 34,9% para 32,5%, mas nos dois últimos anos da série essa participação aumentou: 0,2 p.p., entre 2014 e 2015, e 0,1 p.p. entre 2015 e 2016.

Entretanto, o ganho em valor relativo de São Paulo entre 2015 e 2016, esteve atrelado, sobretudo, à queda de participação do Rio de Janeiro (-0,8 p.p.), segundo maior peso.

Os cinco estados de maior participação – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná –, que representavam 68,1% em 2002, tiveram sua participação reduzida para 64,4% em 2016. A redução de 3,7 p.p. foi justificada por São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, já que Minas Gerais e Paraná elevaram seus pesos ao longo da série. O ganho de 0,4 p.p. em Minas Gerais se deve ao crescimento relativo do estado até 2012, quando representava 9,2% da economia do País; desde então sua participação tem declinado até estabilizar-se em 8,7% em 2015 e 2016. No Paraná e Rio Grande do Sul, o resultado de 2016 contribuiu para o desempenho na série, já que ambos ganharam 0,1 p.p. em relação a 2015; ainda que na série a economia gaúcha tenha perdido 0,1 p.p. enquanto Paraná ganhou 0,5 p.p..

As outras 22 Unidades da Federação, que representavam 31,9% do PIB nacional em 2002, passaram a somar 35,6% em 2016. Nesse grupo, Mato Grosso obteve o maior acréscimo ao longo da série,

PIB per capita

Por Unidades da Federação, o maior PIB *per capita* brasileiro continua sendo o do Distrito Federal no valor de R\$ 79 100, cerca de 2,6 vezes maior que o PIB *per capita* do País.

Os outros maiores PIBs *per capita* em 2016 são, na ordem, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Dentre eles somente Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul mantiveram suas posições relativas na comparação a 2002. Mato Grosso foi o estado que mais avançou sua posição relativa na comparação a 2002, passando de 11º para o quarto maior em 2016.

Em sentido contrário, Maranhão (27º) e Piauí (26º) foram os menores PIBs *per capita* do Brasil em 2016. Ao longo da série analisada, esses dois estados alternam posição, mas nunca deixaram de ter os menores resultados.

Piauí foi o estado em que o valor do PIB *per capita* mais cresceu dentre todas as Unidades da Federação, aumentando cerca de 5,3 vezes entre 2002 e 2016 (de R\$ 2 441 para R\$12 890). Mato Grosso também se destacou nesse quesito, crescendo 5,2 vezes. Outros estados que se destacaram no crescimento em valor do PIB *per capita*

ao elevar sua participação em 0,7 p.p., o que garantiu o ganho de posição relativa do estado, da 15ª para a 13ª posição. Em seguida estiveram Santa Catarina, Pará e Mato Grosso do Sul, todos com ganhos de 0,4 p.p..

Santa Catarina, que iniciou a série em sétimo lugar em termos de valor do PIB, chegou a saltar para a sexta posição ao longo da série, mas retornou, em 2016, ao posto de 2002. Bahia, por sua vez, retomou à sexta posição em 2016, influenciada em grande medida pelo resultado em valor da atividade de Refino de petróleo e coque. Destaca-se ainda o desempenho relativo do Pará, 12ª economia do País em 2016 (13ª em 2002), que tem relevância nacional na extração de minério de ferro e manteve-se como o estado da Região Norte com o PIB mais elevado na série.

Sergipe, Espírito Santo e Amazonas foram as únicas do grupo das 22 Unidades da Federação a perderem participação no PIB, e decresceram 0,1 p.p. cada uma. Sergipe e Espírito Santo tiveram seus desempenhos atrelados a Indústrias extrativas e sofreram quedas mais expressivas nos últimos anos da série. Enquanto em Sergipe o segmento extrativo está concentrado na Extração de petróleo e gás natural, impactada pela queda de preços tanto em 2015 e 2016, no Espírito Santo somou-se ao efeito da queda de preços de petróleo a queda de produção de minério de ferro pelletizado. Já no Amazonas, a atividade de Indústrias de transformação deu a maior contribuição para a perda relativa do estado; também com resultado agravado em 2015 e 2016.

ao longo da série foram Tocantins (4,7 vezes), além de Maranhão e Mato Grosso do Sul (cerca de 4,5 vezes, cada).

Em relação à localização geográfica, as oito Unidades da Federação que possuíam PIB *per capita* maiores que o do Brasil em 2016, restringiram-se às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O Espírito Santo, estado do Sudeste que se incluía nesse grupo em 2002, apresentou em 2016 razão de 0,9 em relação ao PIB *per capita* do Brasil.

Ainda em relação ao grupo das oito Unidades da Federação com PIB *per capita* maior que a brasileira, apenas a Região Sul tem todos seus estados nesse grupo enquanto o Norte e o Nordeste têm todos seus estados com PIB *per capita* menor que a média brasileira. A principal justificativa para esse resultado é a desproporção entre as participações de PIB e população nos estados que compõem as duas regiões.

O Norte teve a menor participação no PIB do Brasil dentre todas as Grandes Regiões, 5,4% em 2016, no entanto, representou 8,6% da população brasileira para o mesmo ano, obtendo a razão de 0,63 entre seu PIB *per capita* e o PIB *per capita* brasileiro. O caso da Região Nordeste foi mais desproporcional ainda, 14,3% do PIB contra 27,6% da população brasileira, o que resultou em uma razão de 0,52 em 2016.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

■ 2016 ■ 2002

Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil	Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa			Valor corrente (R\$)	Posição relativa	
Distrito Federal	79 099,77	1ª	2,6	Roraima	21 413,52	14ª	0,7
	24 721,18	1ª	2,9		6 736,70	12ª	0,8
São Paulo	45 542,32	2ª	1,5	Tocantins	20 598,73	15ª	0,7
	13 443,91	2ª	1,6		4 344,12	21ª	0,5
Rio de Janeiro	38 481,96	3ª	1,3	Amapá	18 329,19	16ª	0,6
	12 414,77	3ª	1,5		5 977,03	14ª	0,7
Mato Grosso	37 462,74	4ª	1,2	Pernambuco	17 777,25	17ª	0,6
	7 265,37	11ª	0,9		4 426,56	19ª	0,5
Santa Catarina	37 140,47	5ª	1,2	Rio Grande do Norte	17 168,60	18ª	0,6
	9 745,87	4ª	1,2		4 709,83	18ª	0,6
Rio Grande do Sul	36 206,54	6ª	1,2	Sergipe	17 153,91	19ª	0,6
	9 423,79	5ª	1,1		5 529,80	15ª	0,7
Paraná	35 726,38	7ª	1,2	Bahia	16 931,10	20ª	0,6
	8 927,46	6ª	1,1		4 388,28	20ª	0,5
Mato Grosso do Sul	34 247,79	8ª	1,1	Acre	16 837,69	21ª	0,6
	7 599,05	8ª	0,9		4 876,17	17ª	0,6
BRASIL	30 411,30		1,0	Pará	16 689,55	22ª	0,5
	8 440,27		1,0		4 043,64	22ª	0,5
Espírito Santo	27 487,45	9ª	0,9	Ceará	15 437,75	23ª	0,5
	8 348,80	7ª	1,0		3 712,24	24ª	0,4
Goiás	27 135,06	10ª	0,9	Paraíba	14 774,41	24ª	0,5
	7 307,95	10ª	0,9		3 627,98	25ª	0,4
Minas Gerais	25 937,96	11ª	0,9	Alagoas	14 723,70	25ª	0,5
	6 703,46	13ª	0,8		3 962,88	23ª	0,5
Amazonas	22 245,02	12ª	0,7	Piauí	12 890,25	26ª	0,4
	7 353,15	9ª	0,9		2 440,70	27ª	0,3
Rondônia	22 072,99	13ª	0,7	Maranhão	12 264,28	27ª	0,4
	5 147,41	16ª	0,6		2 718,05	26ª	0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: População residente estimada para 1º de julho de 2016, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Nas outras Grandes Regiões, em 2016, a razão dada pela participação do PIB/participação na população era favorável: na Região Sudeste de 1,27; na Região Sul de 1,19; e na Região Centro-Oeste, 1,33, neste caso muito influenciada pela presença do Distrito Federal. Em uma análise sem o Distrito Federal, na Região Centro-Oeste, a razão ficava próxima de 1.

Na série 2002-2016, percebe-se que a maioria dos estados com os menores PIBs *per capita* reduziram a distância da média brasileira, sobretudo nos casos das Regiões Norte e Nordeste. A Região Norte reduziu a diferença entre o PIB e a população de 0,60 em 2002 para 0,63 em 2016, e a Região Nordeste obteve um resultado ainda maior, de 0,47 em 2002 para 0,52 em 2016, influenciado pelos ganhos de participação no PIB.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença das participações na população do Brasil 2002/2016	Diferença das participações no PIB do Brasil 2016/2002	Diferença das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2016/2002
	2002	2016	2002	2016	2002	2016			
Norte	4,7	5,4	7,8	8,6	0,6	0,6	0,8	0,7	0,0
Nordeste	13,1	14,3	27,9	27,6	0,5	0,5	-0,3	1,2	0,1
Sudeste	57,4	53,2	42,6	41,9	1,3	1,3	-0,7	-4,2	-0,1
Sul	16,2	17,0	14,7	14,3	1,1	1,2	-0,4	0,8	0,1
Centro-Oeste	8,6	10,1	7,0	7,6	1,2	1,3	0,6	1,5	0,1
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,3	5,7	6,2	0,9	1,0	0,4	1,4	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

Na análise do PIB pela ótica da renda em 2016, houve aumento da participação do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto: de 40,4%, em 2015, para 40,8% do PIB brasileiro, em 2016. O ganho de participação da remuneração dos empregados foi mais modesto, saindo de 44,6%, em 2015, para 44,7% em 2016. Em contrapartida, os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação reduziram 0,5 p.p. passando à 14,5% em 2016.

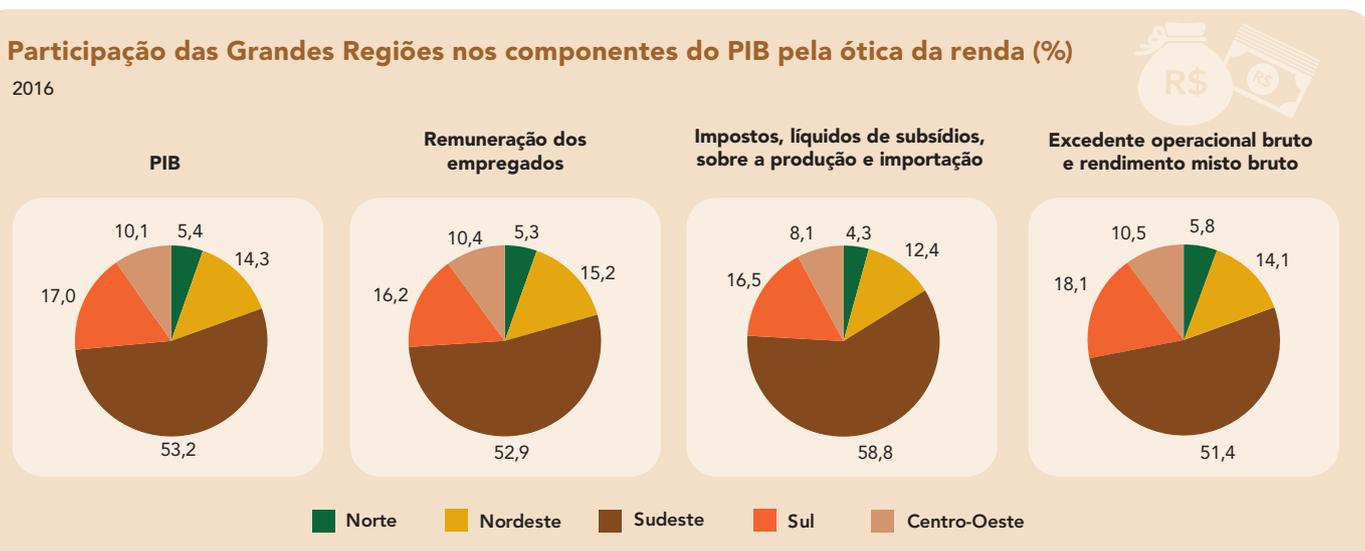
Na Região Norte, o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto deteve a maior participação sobre o PIB durante toda a série analisada, entre as Grandes Regiões. Na comparação entre 2015 e 2016, esse componente ganhou 1,2 p.p., ficando com

44,3% em 2016. No Centro-Oeste (42,3%), Sul (43,4%) e Nordeste (40,2%), esse componente também avançou em participação sobre o PIB entre 2015 e 2016 e, no Sudeste manteve-se estável (39,4%).

O avanço da remuneração dos empregados foi observado, sobretudo na Região Sudeste, com aumento de 0,4 p.p. entre 2015 e 2016; em contraste com as quedas verificadas no Norte (-0,7 p.p.) e no Nordeste (-0,5 p.p.). Já em relação aos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, entre 2015 e 2016, a participação deste componente reduziu e, em 2016, alcançou a menor participação da série, iniciada em 2010.

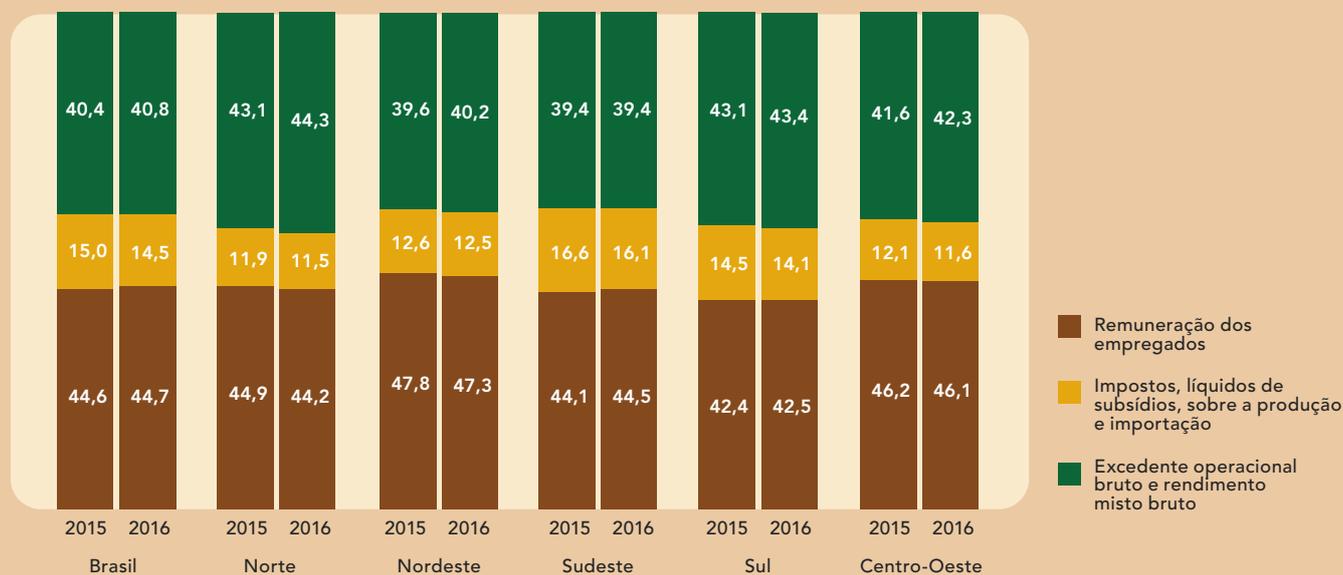
Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%)

2016



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No Sudeste, que deteve 53,2% do PIB em 2016, destaca-se o peso de 33,8% do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto no Estado do Rio de Janeiro, inferior à média da região (39,4%) e à média nacional (40,8%). Tal diferença justifica-se pela participação de remuneração dos empregados no PIB do estado, que é de 49,7% sendo, portanto, muito superior à verificada em São Paulo (42,8%), Minas Gerais (45,2%) e Espírito Santo (43,2%). Nota-se ainda que em três dos quatro estados do Sudeste, a participação de impostos, líquidos de subsídios, é superior ao resultado nacional (14,5%); sendo Minas Gerais a exceção (13,1%).

O Nordeste é a região com a maior participação de remuneração dos empregados (47,3%) na distribuição do PIB pela ótica da renda, resultado influenciado pelo Ceará (50,2%), Piauí (52,4%), Paraíba (51,7%) e Sergipe (49,5%). Entretanto, a Bahia, que detém a maior participação, tem perfil que destoia da média da região e peso de remunerações (44,4%) inferior ao verificado nacionalmente (44,7%). Isso pode ser explicado pela participação das atividades industriais, mais intensivas em capital, na economia baiana; superior à dos outros estados nordestinos.

No Norte, existe quase uma equivalência entre as proporções de remuneração dos empregados e o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto no ano de 2016. Verifica-se que Pará e Amazonas, estados com indústrias mais desenvolvidas, apresentaram os maiores pesos do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto: 48,1% e 43,9%, respectivamente. Nos outros estados, o peso da remuneração dos empregados é

superior à média nacional e em alguns casos ultrapassa 50%; notadamente em Roraima (60,7%), Amapá (57,9%) e Acre (53,7%), fato esse explicado pela participação elevada da atividade Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social em suas economias, cujo excedente operacional bruto, por definição, é muito pequeno.

No Sul, segunda região mais participativa no PIB, pela ótica da renda, atesta-se grande similaridade da distribuição entre os seus três componentes no Paraná e no Rio Grande do Sul, enquanto Santa Catarina tem participação dos impostos relativamente superior e remuneração dos empregados também superior às duas outras Unidades da Federação. Tal resultado foi influenciado pela menor participação da Agropecuária e maior participação de Indústrias de transformação na economia catarinense em relação aos demais estados do Sul. Isso porque Indústrias de transformação tende a remunerar proporcionalmente menos os empregados.

O Centro-Oeste destaca-se pelos altos índices de participação de excedente operacional bruto mais rendimento misto bruto, impulsionados pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados com maior percentual deste componente da renda em todo o Brasil: 53,8% e 48,9%, respectivamente. Em ambos os casos, o peso do setor agropecuário justifica o elevado percentual desse componente. Em contrapartida, Distrito Federal é a terceira Unidade da Federação com a maior participação das remunerações dos empregados no País, devido ao segmento de administração pública, o que possibilitou algum equilíbrio no resultado da região. ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%)

2016

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil (%)			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	44,7	14,5	40,8
Rondônia	0,7	0,5	0,6	47,0	11,0	41,9
Acre	0,3	0,1	0,2	53,7	9,5	36,8
Amazonas	1,3	1,5	1,5	40,4	15,8	43,9
Roraima	0,2	0,1	0,1	60,7	7,8	31,5
Pará	2,1	1,5	2,6	41,7	10,2	48,1
Amapá	0,3	0,1	0,2	57,9	6,7	35,4
Tocantins	0,5	0,3	0,5	46,5	10,0	43,5
Maranhão	1,3	1,1	1,5	44,0	11,6	44,4
Piauí	0,8	0,5	0,6	52,4	11,2	36,4
Ceará	2,5	1,9	2,0	50,2	12,8	37,0
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,9	49,9	11,8	38,3
Paraíba	1,1	0,7	0,9	51,7	11,3	37,0
Pernambuco	2,8	2,7	2,5	47,0	14,8	38,2
Alagoas	0,8	0,5	0,8	46,6	10,1	43,3
Sergipe	0,7	0,5	0,6	49,5	11,3	39,1
Bahia	4,1	3,6	4,4	44,4	12,5	43,1
Minas Gerais	8,8	7,9	8,9	45,2	13,1	41,7
Espírito Santo	1,7	2,0	1,7	43,2	16,7	40,1
Rio de Janeiro	11,4	11,6	8,5	49,7	16,5	33,8
São Paulo	31,1	37,3	32,3	42,8	16,7	40,5
Paraná	6,0	5,9	7,1	41,8	13,4	44,8
Santa Catarina	4,1	4,5	3,9	44,7	16,1	39,2
Rio Grande do Sul	6,1	6,1	7,2	41,7	13,6	44,7
Mato Grosso do Sul	1,3	1,1	1,8	40,5	10,5	48,9
Mato Grosso	1,6	1,3	2,6	36,7	9,5	53,8
Goiás	2,7	2,3	3,3	42,2	11,6	46,2
Distrito Federal	4,7	3,4	2,8	56,3	13,1	30,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Ilustrações

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil/EBC

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais informações
sobre a pesquisa/estudo

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>>